

ATA, 19.^a REUNIÃO,
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2026
(Continuação Sessão iniciada em 29 de junho de 2026)

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do edifício.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Reunião: Marta Maria Teixeira de Oliveira Massada; Maria Cecília Pinto Silva Sampaio, em substituição de José Agostinho de Sousa Pinto; Alberto Amaro Guedes Machado; Justino da Cruz dos Santos, em substituição de Pedro Braga de Carvalho; Joana Filipa da Silva e Sousa; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Carlos de Magalhães Gagliardini Graça; Carlos Alexandre da Mota Freitas, em substituição de Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro; Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves; João Diogo dos Santos Souto Coelho; Paulo César Rios de Oliveira; Diamantino José Videira Matos Raposinho; António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Francisco Crisóstomo Calheiros; Paulo Manuel Ferreira da Silva, em substituição de João Miguel de Magalhães Alves Dias; Marta Maria Pinto Monteiro Vieira de Araújo, em substituição de Ignácio Valentin Prieto Guglielmone; Carolina Macedo dos Santos; Natacha Filipa da Silva Santos; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles; Sílvia Lopes Soares; Marco Régis Lacomblez Leitão; Duarte Nuno Ribeiro da Costa Correia; Joaquim Miguel Monteiro Ramos, em substituição de Sandra Maria Costa Mota Coelho; Rita Sofia dos Santos Freitas; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo; Teresa Maria Vilas Boas Figueiredo; António Fernando da Silva Oliveira; Gisela Maria Bastos Ferreira Leal; Paulo Nuno De

Carneiro Vieira de Castro, em substituição de Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Manuel Cardoso Monteiro; José Manuel Pinto Varela, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Miguel Jorge Arcos dos Santos; Susana Salbany Constante Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Pedro Miguel Vergueiro, em substituição de Pedro Olazabal Avides Moreira; Ana Luísa Ferreira Fernandes.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Fernando Vítor Coelho Cardoso Campelo, tendo justificado previamente a sua ausência.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Reunião: Junta de Freguesia do Bonfim, João Luís Dias Santos Ferreira; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Diogo Nuno Saldanha de Faria Lencastre, em substituição de Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço, em substituição de Cláudia Susana Fonseca Ferreira da Silva de Faria Bravo; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Pedro Jorge Ribeiro Teichgraber.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Reunião: Pedro Miguel Azeredo Duarte; Ana Catarina da Rocha Araújo; Gabriela Loureiro Queiroz; Hugo Jorge Beirão Rodrigues; Matilde Gouveia Rocha; Jorge Miguel Meleiro Sobrado; Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro; Helena Isabel da Silva Maia; Francisca do Passo Valente Carneiro Fernandes; Fernando Jorge Garcia Pereira; Marta Cristina Antunes de Sá Lemos da Cruz Lança.

Membros Eleitos da Câmara Municipal ausentes na Reunião: Rodrigo Teodoro Passos; Miguel Almeida Corte-Real Gomes.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 42 Membros da Assembleia Municipal**.

Verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, **retomou os trabalhos da Sessão**.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória e Ordem de Trabalhos

para a Reunião de Continuação expedidas em 30 de junho de 2026)

4. Apreciação e Votação do Relatório de Gestão, Demonstrações Orçamentais Consolidadas e Demonstrações Financeiras respeitantes ao ano de 2025.

NUD/419834/2026/CMP

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, começou a sua intervenção dizendo que estavam a ser analisadas as contas da Câmara Municipal e das empresas municipais por ela detidas, relativas a nove meses de governação do anterior Executivo e apenas três do atual.

Detalhando algumas rubricas, questionou qual era a taxa real de execução de investimento do Município, quantas obras iniciadas em 2025 tinham sido concluídas e qual era a percentagem de investimento novo.

Disse que o relatório não apresentava de uma forma explícita o retorno trazido ao Porto pelo investimento efetuado, principalmente na área da cultura.

Debruçando-se sobre a despesa, deixou algumas notas de preocupação com o aumento de despesa corrente, nomeadamente com pessoal, comparando estes custos ao longo do tempo e criticando a gestão dos recursos humanos da autarquia, dando exemplos.

Disse, também, não encontrar justificação para o aumento do quadro de pessoal do Município nos últimos anos, nem para a contratação de tantos serviços externos, que considerou poderem ser feitos pelos trabalhadores internos.

Discordou das opções políticas tomadas, dizendo que era preciso investir mais nos serviços aos cidadãos e menos na estrutura camarária, terminando a sua intervenção.

Entraram na Sala Paulo Silva e Fernando Oliveira, Membros do Grupo Municipal PS e Alberto Machado, Líder do Grupo Municipal PPD/PSD.

Fernando Bravo, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, fez um enquadramento do documento em apreciação, chamando também a atenção para o facto de o mesmo se referir, na sua maioria, à gestão do Executivo anterior.

Disse que o que estava a ser apreciado era a exatidão e correção das contas apresentadas, que afirmou não levantarem quaisquer dúvidas.

Disse depois que a solidez e a sustentabilidade financeira do Município do Porto, Câmara e empresas municipais, demonstravam uma boa gestão dos recursos, detalhando alguns números e rubricas.

Afirmou que o património robusto do Porto permitia fazer investimentos para responder às necessidades dos cidadãos sem recurso a endividamento excessivo.

Analisou outros indicadores, reafirmando o conforto financeiro do Município.

Ana Fernandes, Membro do Grupo Municipal PS, informou que votariam favoravelmente o ponto em apreciação, pelo rigor e qualidade técnica dos documentos apresentados, ainda que não validando todas as opções políticas tomadas no passado. Passou a detalhar os números que indicavam a solidez financeira do Município, dizendo que o saldo financeiro daí resultante deveria servir de motor para lançamento de

investimentos importantes para a cidade, como a disponibilização de mais habitação municipal e acessível.

Afirmou ser importante que, no futuro, o Porto deixasse de depender tanto de receitas variáveis como a taxa turística ou impostos sobre o imobiliário e terminou a sua intervenção.

António Agostinho Guedes, Membro do Grupo Municipal FA, cumprimentou os serviços camarários pela qualidade do documento apresentado e terminou, dizendo que iriam acompanhar, com atenção, a evolução dos gastos do Município, para que os investimentos necessários à cidade não deixassem de ser feitos.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, informou que, em coerência com decisões anteriores neste âmbito, se absteriam na votação.

Reconheceu a qualidade do documento apresentado e a solidez financeira do Município.

Reafirmou a necessidade de serem cumpridas as taxas de execução em políticas de investimentos relacionadas com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, habitação, mobilidade e ambiente, que o LIVRE acompanharia, e terminou a sua intervenção.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que as críticas feitas pelo partido ao Orçamento Municipal se mantinham.

Analisando o documento presente, cuja qualidade técnica e formal elogiou, colocou algumas questões relacionadas com algumas das rubricas.

Falou também sobre o aumento do fornecimento de serviços por entidades externas ao Município, deixando, uma vez mais, a sugestão de internalização de alguns serviços.

Deixou também uma nota sobre os dados constantes no documento sobre os Conselhos de Administração das Empresas Municipais.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., voltou a frisar que o documento em análise dizia respeito, na sua maioria, à governação anterior.

Reafirmando também a qualidade do documento e a disponibilidade demonstrada pelos serviços para prestar esclarecimentos aos Grupos Municipais previamente à Sessão, deixou, uma vez mais, a sugestão de que fosse criada uma Comissão Municipal de Finanças, para que estes assuntos pudessem ser acompanhados ao longo do tempo e não apenas pontualmente.

Disse que votariam contra as opções políticas tomadas e refletidas nestas contas, por não irem ao encontro da visão que o Bloco de Esquerda tem para a cidade do Porto, por exemplo, nas questões de habitação ou da mobilidade.

Referiu que seria importante haver um escrutínio mais afinado às contas das empresas municipais e colocou uma questão relacionada com a certificação das contas.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal IL, recentrou a discussão na apreciação da demonstração financeira do Município de 2025.

Falou sobre equilíbrio financeiro, investimento e benefícios trazidos aos cidadãos por conta da robustez financeira do Município.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, agradeceu o rigor e pormenor que acompanhavam os documentos da proposta em análise.

Fez depois uma apreciação política ao ciclo autárquico que precedeu o atual Executivo, dizendo que a continuidade praticada na gestão de muitos assuntos demonstrava que as opções tomadas tinham sido as corretas.

Disse que o documento apresentado era um retrato da evolução da cidade, que tanto tinha mudado na última década e revelava um dinamismo e uma atividade económica vibrantes.

Deu exemplos de investimentos estruturantes feitos na cidade, como o Terminal Intermodal de Campanhã, a reabilitação do Mercado do Bolhão ou equipamentos

culturais de relevância e explicou o aumento do quadro de pessoal do Município com a descentralização de competências e com os investimentos futuros programados. Terminou, realçando a constante procura de melhoria na governação da cidade.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (15 PS + 13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 2 FA), 3 votos contra (2 CDU + 1 B.E.) e 2 abstenções (2 L).

5. Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte, tomou a palavra para fazer um ponto de situação da situação financeira do Município.

Partilhou dados sobre as últimas decisões tomadas pelo Executivo para promover a proximidade com os cidadãos.

Falou sobre os eventos realizados na cidade nos meses anteriores, como as festas de São João, o Air Invictus ou a celebração da conquista do campeonato pelo Futebol Clube do Porto.

Deu exemplos das políticas em desenvolvimento, e também das já implementadas, para melhorar a mobilidade na cidade, informando que seriam detalhadas, durante o mês de julho, na apresentação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS).

Passou a falar do estudo de novas soluções para dar mais respostas sociais, de segurança e de saúde pública à população sem-abrigo e aos consumidores de estupefacientes, que têm vindo a aumentar na área metropolitana, especialmente na cidade do Porto.

Falou sobre o combate, em conjunto com as autoridades policiais, à exploração e tráfico de seres humanos.

Relativamente à questão da habitação, falou de programas que estão a ser desenvolvidos para proporcionar o acesso a uma casa às classes média e média-baixa, que não conseguem pagar os preços de mercado, mas também não são elegíveis para habitação social.

Informou que tinham sido aprovadas medidas para aumentar as vagas em creches para dar resposta à crescente procura, detalhando-as.

Falou também sobre a PITCH – *Porto Innovation and Technology Community Hub*, que irá estabelecer um quadro de cooperação estratégica entre a Câmara Municipal do Porto, a Universidade do Porto e o Politécnico do Porto.

Deixou algumas notas sobre a evolução do projeto “Distrito Económico e Empresarial do Porto”, realçando os contributos feitos pela sociedade civil e, mais particularmente, pelo Eng.º Nuno Cardoso.

Avaliou as ações tomadas pelo Executivo, em conjunto com o Ministério do Ambiente e a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, para reorganização do espaço público junto das praias da cidade e para apresentar a candidatura da cidade a Capital Verde Europeia 2028.

Debruçou-se depois sobre a Cultura da cidade, falando sobre o programa MALHA, criado para assinalar os 30 anos da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e das obras na Biblioteca Pública Municipal.

Terminou, enaltecendo o trabalho e a dedicação dos Vereadores Municipais e das suas equipas, bem como dos serviços municipais que todos os dias trabalham para o funcionamento da cidade.

Maria João Castro, Membro do Grupo Municipal PS, dirigiu um elogio ao Executivo Municipal por ter aceitado desenvolver um conjunto de iniciativas para celebrar o Porto enquanto cidade de Liberdade, assinalando os 100 Anos da Revolta de 1927 contra a Ditadura Militar e os 200 Anos das Lutas Liberais.

Falou depois da notícia trazida a público que dava nota da destruição do interior da Confeitaria Serrana, edifício classificado do século XIX e recentemente adquirido por um investidor particular, condenando este ato e perguntando que passos tinha tomado a Câmara Municipal para fiscalizar e penalizar esta demolição, efetuada em desconformidade com o que tinha sido licenciado.

Disse que, estando a Confeitaria Serrana sob a proteção do programa “Porto de Tradição”, esta obra deveria ter sido acompanhada de forma especial para que o património material e imaterial do espaço tivessem sido conservados.

Pediu o apuramento de responsabilidades e uma tomada de ação para que estas situações não voltassem a acontecer e a identidade cultural da cidade fosse mantida.

Ricardo Meireles, Membro do Grupo Municipal PS, colocou algumas questões relacionadas com a gestão do espaço público, nomeadamente sobre a empreitada existente na zona da Igreja de Cedofeita, no Largo do Priorado, que se encontrava suspensa e estava a causar impactos significativos no comércio local.

Perguntou também como estava a ser programada a limpeza das sarjetas e bueiros da cidade, cuja obstrução, apesar do trabalho desempenhado pelas equipas municipais, continuavam a causar problemas e a ser alvo de queixas da população.

Disse que a limpeza da cidade deveria ser não só reativa, mas também preventiva, pelo que era importante que o Município assegurasse que todos estes equipamentos estivessem devidamente desobstruídos antes da época das chuvas, para evitar inundações.

Por último, perguntou se os efetivos que iam reforçar a Polícia Municipal já tinha entrado em funções e se a PSP do Porto tinha colocado mais agentes ao serviço da segurança da cidade.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., falou também sobre a demolição do interior da Confeitaria Serrana e lamentou a perda de património, dizendo

que poderia colocar em causa a classificação atribuída pela UNESCO ao centro histórico do Porto.

Pediu informações adicionais sobre o projeto apresentado para aquele edifício e para os circundantes.

Falou depois sobre o festival BABELL, perguntando qual tinha sido o papel efetivo da Câmara Municipal na produção deste evento e falando sobre falhas reportadas sobre o seu funcionamento.

Passou depois a falar sobre os impactos causados pelas ondas de calor, questionando o Executivo sobre o porquê de não terem sido colocados à disposição da população espaços municipais climatizados, para mitigar os efeitos das temperaturas excecionalmente elevadas que atingiram a cidade, dias antes da presente Sessão.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, começou a sua intervenção a demonstrar, também, a sua indignação pela demolição da Confeitaria Serrana e preocupação pelo paradeiro incerto do património cultural nela contido, perguntando como é que tinha sido feito o acompanhamento do licenciamento da obra.

Abordando a classificação da UNESCO, lembrou que o património cultural que tinha levado a esta atribuição não era apenas constituído por edificado, mas também pela identidade cultural resultante das pessoas que habitavam o centro histórico, perguntando se havia dados que permitissem aferir se a substituição de moradores por turistas, nesta zona, poderia afetar a avaliação feita há trinta anos.

Falou dos problemas causados pelo ruído excessivo provocado por obras e por estabelecimentos de diversão noturna.

Referiu depois assuntos relacionados com a travessia fluvial Porto-Gaia, com as obras no Bairro de Fernão Magalhães e no Bairro Social da Arrábida e, também, sobre o encerramento do Infantário A Flor, localizado na Freguesia de Ramalde.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, falando sobre as vagas de calor cada vez mais frequentes, deixou algumas notas sobre a forma escolhida pelo Município

para comunicar aos cidadãos como devem proceder e onde se podem refugiar durante estes eventos.

Perguntou que medidas estavam a ser desenvolvidas para mitigar os efeitos do calor extremo na cidade.

Referiu a notificação que estava a ser feita pelo Hospital Conde Ferreira aos cidadãos que tinham um espaço na horta comunitária existente naquele espaço, para abandonarem o local.

Reforçou a preocupação e indignação causadas pela demolição da Confeitaria Serrana, dizendo que perder a alma da cidade para interesses económicos efémeros, levava a perdas irreparáveis para o Porto e para as suas populações futuras, afirmando que o Porto precisa que a reabilitação do património seja feita para usufruto dos portuenses e não apenas de quem o visita.

Falou depois sobre mobilidade, sobre cultura e saudou o Executivo pelo desenvolvimento de uma estratégia para a primeira infância.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, fez uma apreciação sobre os eventos culturais e festas ocorridos nos meses anteriores na cidade, dizendo que seria mais importante prestar serviços que efetivamente beneficiem os cidadãos.

Passou a analisar a situação financeira do Município, dizendo que os dados mostravam que a despesa com a estrutura camarária tinha aumentado significativamente, prejudicando a execução de investimentos urgentes em áreas essenciais para os cidadãos.

Falou sobre eficiência e transparência das instituições públicas, detalhando alguns relatórios apresentados com o ponto em apreciação, que considerou serem pouco claros e não veicularem informação suficiente para escrutínio das atividades de alguns departamentos.

Disse que iriam apresentar, brevemente, algumas sugestões para tornar a gestão do Município mais eficiente e terminou a sua intervenção.

Joana Sousa, Líder do Grupo Municipal IL, refletiu sobre o tipo de legado que deveria ser deixado pela atual governação do Município às gerações futuras, falando sobre educação, igualdade de oportunidades, acesso a habitação digna, desporto, espaços públicos e comunitários, equipamentos culturais, ciência e tecnologia ou desenvolvimento económico, como motores essenciais para promover uma sociedade justa e equilibrada.

Disse que as políticas municipais desenvolvidas neste sentido eram de louvar e lembrou que os efeitos das boas governações levavam tempo a ter efeito e que era preciso haver coragem para apostar no futuro e não investir apenas na visibilidade imediata.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, começou por dizer que discordava de que a alma do Porto estivesse em risco, pois os portuenses continuavam a viver a cidade e a sua cultura com entusiasmo.

Falou sobre as praias do Porto, a qualidade da água e a atribuição de bandeiras azuis e de ouro, perguntando depois qual era o plano para resolver o problema da Praia Internacional, cuja salubridade era posta em causa pelas descargas da Ribeira da Riguinha e prejudicava os banhistas que a frequentavam.

Paulo Rios de Oliveira, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, recentrou a discussão na apreciação da atividade e situação financeira do Município.

Disse que o programa do Executivo estava a ser desenvolvido e implementado no seu próprio tempo e que os programas vindos do Executivo anterior estavam ou a decorrer ou a ser finalizados.

Realçou a dedicação e procura de proximidade e diálogo demonstradas pelo Presidente da Câmara Municipal para com os cidadãos e demais entidades da cidade.

Incentivou o Executivo Municipal a continuar a concretizar as suas ideias e a cumprir as promessas eleitorais, num sentido de mudança mas não de rutura com aquilo que estava bem feito e valia a pena ser continuado.

Afirmou que o Executivo estava, até, à frente do que era expectável na entrega destas promessas, pelo que agradecia todo o trabalho desenvolvido.

Justino Santos, Membro do Grupo Municipal PS, dirigiu uma palavra ao plenário para partilhar a sua longa experiência na atividade democrática e incentivar o Executivo, Presidentes das Juntas de Freguesia e os Membros da Assembleia Municipal a continuarem a cumprir a missão para a qual foram eleitos e trabalharem em benefício dos cidadãos, sempre fiéis aos seus princípios.

O Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte, respondeu às questões colocadas, dizendo que, relativamente à Confeitaria Serrana, o Executivo Municipal partilhava a surpresa e indignação com o que tinha sucedido e que, tendo havido um incumprimento do licenciamento, estavam em curso as ações legais devidas e que estavam também a ser avaliadas as medidas que poderiam ainda ser implementadas para reverter ou mitigar a situação. Informou que o grupo de trabalho que está a refletir sobre o futuro do centro histórico está a pensar como é que situações semelhantes a estas podem ser prevenidas. Prestou depois alguns esclarecimentos sobre a empreitada que estava a ser realizada na zona da Igreja de Cedofeita, dizendo que havia um atraso, mas que as obras continuavam a decorrer.

Falou sobre o plano de limpeza urbana, sobre a entrada em funções dos novos polícias municipais e sobre o reforço dos efetivos da PSP – Polícia de Segurança Pública no Porto. Desvalorizou os receios de que o Centro Histórico perdesse a classificação da UNESCO, afirmando que a cidade continuava a valorizar aquele património.

Disse que o festival BABELL tinha superado a adesão esperada, que o balanço inicial era muito positivo e que futuras edições ainda não estavam decididas.

Debruçando-se sobre os fenómenos de calor extremo, disse que a Câmara Municipal tinha aberto, para além daqueles que já são de acesso público, outros espaços para prestar alívio aos cidadãos e que estava a desenvolver planos adicionais para combater estes episódios, que se espera serem cada vez mais frequentes.

Falou também sobre o transporte fluvial entre Porto e Vila Nova de Gaia, dizendo que iria ser restabelecido durante o Verão e que as viagens seriam gratuitas para quem reside no Porto.

Respondeu às questões colocadas sobre as obras no Bairro Fernão Magalhães, sobre o infantário A Flor, sobre as hortas comunitárias e sobre a criação de ciclovias.

Dirigindo-se ao Grupo Municipal CH, disse que a cidade do Porto era uma cidade alegre e que as festas populares fazem parte da identidade da cidade e devem ser promovidas e não reprimidas. Disse, também, que rejeitava as críticas feitas à estrutura camarária, dizendo que é esta que permite que a cidade funcione e avance.

Respondeu à questão colocada sobre a Ribeira da Riguinha, dizendo que tinha sido estabelecido um protocolo com a Câmara Municipal de Matosinhos e com a APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., para encontrar uma solução para este problema.

Terminou, elencando as situações pendentes que o Executivo tinha já resolvido desde que tinha tomado posse e agradeceu o apoio dos Partidos da Coligação e do Movimento dos Independentes do Porto.

– PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS –

art.º 41.º do Regimento

Os cidadãos Puria Esfandiari e Flávio Cunha, inscritos para intervir, saíram da Sessão antes do Período de Intervenção dos Cidadãos.

Documentos distribuídos na Sessão: Síntese Financeira relativa a maio de 2026.

Relatórios de Atividades, de 1 de abril a 31 de maio de 2026, das seguintes Unidades Orgânicas: Regimento de Sapadores Bombeiros; Direção Municipal de Cultura e Património; Direção Municipal de Educação; Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano; Direção Municipal de Gestão de Pessoas e Organização; Direção Municipal da

Presidência; Direção Municipal de Recursos Financeiros; Direção Municipal de Sistemas de Informação; Direção Municipal de Serviços Jurídicos; Direção Municipal de Serviços ao Múncipe; Departamento Municipal de Economia; Departamento Municipal de Coesão Social; Departamento Municipal do Espaço Público; Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas; Departamento Municipal de Fiscalização; Departamento Municipal da Mobilidade; Departamento Municipal de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida e Juventude; Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental; Departamento Municipal de Turismo e Internacionalização; Serviço Municipal Proteção Civil; Divisão Municipal de Talento e Promoção da Empregabilidade.

Tendo sido atribuído, por unanimidade, um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento, **a Presidente da Assembleia Municipal**, Marta Massada, **suspendeu os trabalhos**, eram 00h17 e **informou que a 2.ª Reunião para continuação da Sessão Ordinária se realizaria no dia 13 de julho de 2026**, às 21 horas, no mesmo local.

A Presidente da Assembleia Municipal do Porto



Marta Massada

Primeiro Secretário



Gonçalo Mayan Gonçalves



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 19.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 07 de julho de 2026 (Continuação da Sessão iniciada em 29.06.2026).

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 07 de julho de 2026. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 19.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 14 de setembro de 2026.

A Presidente

[Redacted signature]

Marta Massada

O 1.º Secretário

[Redacted signature]

Gonçalo Gonçalves

A 2.ª Secretária

[Redacted signature]

Teresa Vilas Boas